

14 MAI 1990

O Congresso cobra a si mesmo

O Congresso começa a semana tentando, uma vez mais, retomar a iniciativa do processo legislativo, após um longo período em que, com raras exceções, limitou-se a discutir e votar propostas do Executivo ou simplesmente debater-se contra a falta de **quorum**. As duras penas a Câmara chegou, enfim, a uma pauta básica a ser votada entre terça e quinta-feira desta semana, dando-se por afastado o sonho de se alcançar número na segunda ou mesmo na manhã de sexta, feito que só o Senado às vezes consegue.

Das sete principais propostas com alguma chance de entrar na pauta, uma foi collocada na geladeira. É o projeto que dá nova regulamentação ao sistema financeiro, aí incluída a questão dos juros de 12 por cento ao ano. O deputado Fernando Gasparian, seu principal inspirador, garante que a votação ocorrerá em curto prazo, mas há dúvidas generalizadas a respeito.

Se cumprir o prometido, a Câmara conseguirá ocupar um espaço inédito nos últimos tempos. Entre os projetos estão temas de pequena repercussão popular, embora institucionalmente importantes, como a criação dos Conselhos da República e de Defesa Nacional, mas os demais atrairão grande atenção. É o caso do Código do Consumidor, que transfere ao produtor o ônus da prova sobre qualidade ou fraude, e do Estatuto da Criança e do Menor, que fulmina as Febens e muda tudo na adoção. Está na mesma situação a Lei Agrícola. A Comissão de Finanças examinará enfim a nova segurança social.

Pode dar tudo certo. Nem por isso, porém, se retirará da atividade desta semana o estigma da excepcionalidade. Ficará a expectativa de que, passado o espasmo, o Congresso voltará ao torpor que o ano eleitoral traz para seus plenários. "Nossa verdadeiro problema é a



falta de **quorum**: se ele não existisse desapareceriam automaticamente quase todas as críticas que se fazem de forma sistemática ao Congresso", afirma o senador Jarbas Passarinho.

Não há dúvidas de que uma parcela da responsabilidade cabe ao trabalho determinado pelo volume elevado de medidas provisórias remetidas pelo Executivo. "As medidas provisórias, que deveriam ser um instrumento excepcional, fulminam o bicameralismo e perturbam o funcionamento normal do Congresso", dispara o líder do PSDB na Câmara, deputado Euclides Scalco. Afinal, por definição, elas retardam todas as demais matérias em votação.

O Planalto acha que o problema vai além. Seu vice-líder na Câmara, Humberto Souto, não vê razões para que, além das medidas provisórias e dos vetos presidenciais, o Congresso não vote também as demais propostas. Em tese, caso se obtivesse número, o que os líderes pretendem forçar a partir de agora, isso seria possível.

Só que a prática não demonstra esse fato. Dos 25 dispositivos constitucionais listados como prioritários para regulamentação, caso dos que entram esta semana na pauta, nada menos do que 18 já são objetos de projetos em tramitação. Tal número, contudo, não pode ser encarado a frio. Em grande parte, trata-se de projetos que constituem trabalhos isolados de um só parlamentar, frequentemente refletem apenas interesses cartoriais e, em resumo, não têm condições para chegar à votação. Precisariam passar por todo um trabalho de revisão, de emendas, de elaboração de substitutivos e de discussão, principalmente entre os líderes. E alguém precisa mover tudo isso.

É um trabalho que, em última análise, cabe não apenas às próprias lideranças mas também às presidências de Comissões e, em especial às Mesas da Câmara e do Senado. Por isso mesmo é que, conforme se prevê hoje entre os líderes, poderá se desencadear a partir de agora um processo de cobrança, exigindo-se uma redução no clima de inapetência registrado em alguns desses segmentos.